

Algumas reflexões sobre a ética na tradução

Lenita Maria Rimoli Esteves¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo– SP – Brasil

leries@uol.com.br

Resumo. *Este trabalho apresenta reflexões geradas a partir de uma situação real em que a questão da representação de variantes dialetais em traduções estava em discussão. O principal intuito é não só abordar essa delicada questão, mas também enfatizar que ela é muito mais delicada do que geralmente se pensa. Além de várias concepções equivocadas que costumam rondar a discussão, fica patente a existência de uma enorme carga afetiva no trato com a língua e suas variantes, sejam ou não elas consideradas desvios da norma padrão. Pretende-se argumentar que o descontentamento gerado por essas representações é muito mais fruto dessa carga afetiva do que - como em geral se supõe - de uma incompetência técnica da descrição lingüística.*

Palavras-chave. *Tradução literária; ética; variações dialetais; sociolingüística.*

Abstract. *This paper presents some reflections generated by a real situation in which the issue of representing dialectal variants in translations was being discussed. The main objective is not only to approach this delicate issue, but also to highlight that it is much more delicate than we generally think. Besides the several misconceptions that cloud the discussion, there is an undeniable affective load when we deal with language and its variants, whether or not they are considered to be a deviation from the norm. This paper argues that the dissatisfaction generated by these representations is mainly due to this affective load rather than to - as is generally supposed - a technical incompetence of the linguistic description.*

Keywords. *Literary translation; ethics; dialectal variants; sociolinguistics*

1. Introdução

Este trabalho apresenta reflexões geradas por uma situação real, quando se apresentava um trabalho sobre variações dialetais e traduções. A apresentação específica tratava da tradução de um romance inglês do século XIX em que um dos personagens usava uma variante dialetal diferente do inglês padrão. Essa forma diferente de falar, devidamente contextualizada dentro do enredo, contribuía para caracterizar o personagem como uma pessoa humilde, cujo falar identificava uma determinada região da Inglaterra. A apresentadora mostrava como em várias traduções do mesmo romance para o português essa diferença lingüística havia sido apagada, homogeneizada completamente. O mesmo personagem, nas traduções, usava uma variante do português que podia ser identificada com a norma culta. Isso mudava, até certo ponto, a própria caracterização do personagem na obra, que talvez figurasse com trejeitos lingüísticos menos localizados e diferenciados.

A apresentadora então discutia como fazer uma tradução que incorporasse essa diferença lingüística, principalmente levando-se em conta que, para que houvesse uma correspondência no texto em português, o personagem deveria ser identificado com alguma região específica. E aí complicava-se a questão. Com uma região brasileira? Caso a tradução fosse levar em conta e tentar reproduzir a diferença regional da fala do tal personagem, como fazer isso em português? Que região do país poderia ser escolhida? Qual falar brasileiro ficaria mais adequado/menos estranho nessa caracterização: o caipira de São Paulo? O gaúcho? O nordestino?

Houve então uma imediata e intempestiva reação de um dos presentes que, identificando-se como nordestino, protestou contra o preconceito que, segundo ele, estaria embutido na fala e na própria pesquisa da apresentadora do trabalho, pois, “nas entrelinhas”, ela estava alinhando ou igualando o nordestino a pessoas pobres, humildes e sem cultura.

Pouco efeito surtiu a tentativa da apresentadora de dizer que, no seu caso, o nordestino havia sido citado como exemplo, junto com outros tipos “locais” brasileiros, e o exemplo era trazido apenas para iluminar a dimensão do falar regional. O ouvinte, visivelmente inflamado, já não escutava mais, e avançava em um ataque furioso contra as novelas da Rede Globo e várias outras obras que circulam na mídia e trazem sempre a figura do nordestino com características inferiores e depreciativas. Ficou claro que as duas partes não conseguiam comunicar-se e a discussão não levou a lugar nenhum.

Mesmo assim, a situação põe a descoberto a delicada questão da representação do discurso de um “outro”, um “diferente”, uma pessoa (fictícia ou real) que pertence ao grupo do “eles”. No acontecimento relatado, a pessoa na platéia estava na verdade protestando porque se sentia colocada no grupo do “eles” e por isso percebia uma forma de exclusão. Sentindo-se assim colocada no grupo dos “outros”, a pessoa reclamava da representação feita, julgando-a caricata e irreal. É nesse ponto justamente que devemos parar e refletir mais a fundo sobre a questão.

Não é de hoje que tradutores deparam com o problema de lidar com uma variante lingüística não padrão em seu trabalho. E também se sabe que, em geral, o tradutor opta por não reproduzir a diferença, nivelando os discursos e, talvez, tentando caracterizar a diferença que na obra se manifesta por outros meios que não o da representação da fala. O fato de essa opção ser a mais freqüentemente observada indica, entre muitas outras coisas, a dificuldade de resolver o problema.

Entre os teóricos da tradução que abordam a questão, cito John Milton que, em seu *O Clube do livro e a tradução*, afirma que a tendência no mercado editorial brasileiro é homogeneizar as diferenças de registros lingüísticos, apesar de existirem alguns romances nacionais que trazem essas diferenças (Milton 2002:52-9). As razões dessa tendência dominante, segundo o autor, são várias, estando entre elas uma visão essencialista da linguagem, segundo a qual o importante é a mensagem veiculada pelo personagem e não o modo como ele a veicula. Atrelada a essa visão essencialista está a concepção de que o uso da gíria é errado (idem).

Investigando razões “especificamente brasileiras”, Milton cita o atraso no desenvolvimento nos estudos lingüísticos acerca dos falares brasileiros não considerados padrão, além da visão conservadora da classe média, que domina o mercado editorial. (Idem). Num ambiente assim, o tradutor não é livre para escolher como traduzir, e muitas vezes não tem tempo nem disponibilidade para fazer uma tradução mais cuidada:

*Creio que as normas culturais e editoriais cumprem um grande papel na aceitação ou não do uso de dialeto na tradução. Na Alemanha, espera-se que os tradutores de romances encontrem uma linguagem equivalente. No Brasil, não. Se eles o fazem, podem esbarrar na possibilidade de o editor não permitir que ela passe. ...
Sou levado a acreditar, também, que muitos tradutores de romances, pelo menos no Brasil, onde são pagos por tarefa, teriam pouca motivação para buscar tais inovações. Se observarmos alguns ganhadores de prêmios de tradução, poderemos ver que muitas dessas traduções foram feitas em condições não comerciais. (Milton 2002: 61)*

Milton cita a teórica Gillian Lane-Mercier, canadense que, abordando essa questão, defende a postura de substituir o dialeto ou a variante não padrão que aparece no original por um dialeto ou variante não padrão da língua de chegada. Essa postura seria inspirada na proposta de “tradução ética” de Antoine Berman. Milton ainda comenta que Lane-Mercier insiste que o tradutor deve assumir a responsabilidade sobre suas escolhas e, se possível, explicá-las aos leitores em notas do tradutor. Milton de certa forma critica Lane-Mercier, dizendo justamente que aos tradutores não é dada tanta liberdade nem tanto espaço para exercitar seu poder de escolha e nem para justificá-lo (idem).

Apesar dessa crítica de Milton, acho fundamental comentar um texto de Lane-Mercier que trata do assunto, embora não seja esse o texto comentado por Milton em seu livro. Em “Translating the untranslatable”, Lane-Mercier define a tradução dialetal como uma “**representação textual** de padrões de fala ‘não padrão’ que manifestam fenômenos sócio-culturais formadores da competência lingüística do falante como também dos vários grupos sociais a que o falante pertença ou tenha pertencido” (1999:45, grifo meu, tradução minha). Essa definição aponta para a diferença entre uma descrição lingüística e a representação textual de uma variante dialetal. Insisto que essa diferença é, na maioria dos casos, a fonte de vários mal-entendidos quando se discute a tradução de variantes dialetais.

Ninguém negaria que existe uma abismal diferença entre uma descrição lingüística de uma variante dialetal (seja ela padrão ou não) e sua representação dentro de um romance. O problema estaria justamente em julgar que o autor, ou tradutor, deve, ou pode, representar uma variante dialetal de forma exata e sem distorções.

Portanto, quando alguém critica a representação de um dialeto feita na televisão (numa minissérie, por exemplo) por ela não ser fiel à realidade e por isso caricata e preconceituosa, esse crítico está partindo de um pressuposto falso, a saber, o de que qualquer representação textual de variante dialetal conseguiria ser fiel à realidade.

Sem entrar no mérito de questões mais básicas e profundas, entre elas a questão das diferentes percepções que as pessoas têm da realidade, acho importante ressaltar essa diferença entre descrição científica e representação textual. Aos textos da segunda categoria, só resta mesmo uma representação “falsa”, que vai destacar alguns pontos e ignorar outros, e apresentar-se como uma visão “caricata” ou “estilizada” daquela variante lingüística.

Os exemplos são inúmeros, e a já mencionada Rede Globo é vítima de muitos ataques nesse âmbito. Os personagens nordestinos das novelas globais falam uma variante que simplesmente não existe, é falsa, mistura fonemas de estados diferentes e as pessoas que vivem nas regiões representadas pelas novelas não se sentem

identificadas. Na minissérie *O quinto dos infernos*, é possível notar que os personagens têm uma fala que difere do português padrão atual (em aspectos lexicais e sintáticos), mas também deve afastar-se do português realmente falado no Brasil colônia. O que se observa é atores falando com sintaxe lusa e fonemas e inflexões brasileiros. Do ponto de vista científico, lingüístico, essa representação talvez assuma as formas de um monstrengo exótico, mas ela serve, na minissérie, ao intuito de diferenciar a linguagem e ao mesmo tempo torná-la minimamente inteligível para o grande público.

Os protestos costumam surgir, como já foi sugerido anteriormente, quando a pessoa se sente (mal) representada na novela, na minissérie ou no texto. “Aquilo” não é o “nosso” modo de falar... Mais uma vez, caímos nas representações que dividem o mundo no grupo do “nós” e do “deles”, e uma voz ofendida grita “nós” não somos assim. Lembro-me de uma festa de abertura de Copa do Mundo, se não me engano a de 1974, que foi televisionada. O espetáculo de abertura foi estruturado da seguinte forma: grupos regionais “típicos” de cada país participante fariam uma apresentação. Os grupos apareciam ocultos por enormes bolas que se abriam para dar início ao espetáculo. Lembro-me de escutar os adultos na sala comentando cada um dos *shows*, que pareciam estar razoavelmente dentro das expectativas, até que chegou a vez do Brasil. Da enorme bola saiu uma escola de samba completa, com cabrochas, mestres-salas, baianas e pessoas com fantasias caras. Como já se poderia imaginar, o comentário geral foi “os estrangeiros vão pensar que aqui no Brasil só tem negros”. Estilizar é a única maneira de apresentar algo como típico. O problema é quando você se sente “tipificado”.

2. Conclusão e possíveis soluções

O fato de constatarmos que a estilização e a caricatura são a única forma possível de representar textualmente uma variante dialetal não nos livra de possíveis acusações de racismo, preconceito e elitismo. O tradutor deve se conscientizar dos efeitos do texto que produz, e aqui volto a concordar com Lane-Mercier. Mesmo que não goze de tanta liberdade ou autonomia, o tradutor é um produtor de sentidos e precisa estar atento para os efeitos do que escreve. Uma das soluções possíveis é assumir explicitamente o caráter de representação estilizada e, na medida do possível, criar um falar que não tente identificar especificamente uma região ou estado.

Nessa opção, o tradutor estaria perdendo a caracterização regional (que, de qualquer maneira, seria artificial, já que não existe correspondência entre regiões e falares de países diferentes), mas ganharia ao marcar uma diferença discursiva, que com quase toda a certeza é relevante para o texto em questão (senão o autor provavelmente não a teria usado). O processo de tradução, em todas as suas fases, é um processo de negociação. Negociam-se sentidos, éticas, visões, efeitos, preços, prazos e modos de trabalho. Quanto mais o tradutor estiver ciente dessa negociação, mais capacitado estará para atuar nela. Não se trata de “entregar o ouro” para os editores, já que não resta nenhuma escolha ao tradutor. Não se trata de “passar o rolo compressor” no texto, homogeneizando tudo, só porque não temos tempo, ganhamos mal e nosso trabalho nunca será reconhecido. Também não se trata de empunhar bandeiras em praça pública em prol do reconhecimento do valor dos tradutores. A negociação é “minimalista”, feita em passo de formiga, mas não deixará de surtir seus efeitos.

Referências

LANE-MERCIER, Gillian. Translating the untranslatable: the translator's aesthetic, ideological and political responsibility. *Target*, Amsterdam, v. 9, n. 1, p. 43-68, 1997.

MILTON, J. *O clube do livro e a tradução*. São Paulo: EDUSC, 2002.